



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Orientação Técnica de Corregedoria 0003/2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	Todas Unidades Orçamentárias
ASSUNTO:	APLICAÇÃO DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 199 DA LC 04/1990 AOS SERVIDORES QUE RESPONDEM A PAD

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.
VEDAÇÕES AO ACUSADO. TEMPO DE
DURAÇÃO DAS VEDAÇÕES.

Cuiabá - MT
Junho/2023



CGEDIC202303534A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO
2. FUNDAMENTAÇÃO
3. ORIENTAÇÕES



CGEDIC202303534A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1. A Orientação Técnica de Corregedoria (OTC) está prevista no artigo 2º, II, e artigo 11 da Portaria CGE/MT nº 006/2016, de 10 de março de 2016, nesses termos:

Art. 2º Os entendimentos, pronunciamentos, opiniões e requerimentos da Secretaria Adjunta de Corregedoria serão expressos por meio dos seguintes produtos:

[...]

II- Orientação Técnica Geral de Corregedoria.

[...]

Art. 11 A Orientação Técnica Geral de Corregedoria é o produto no qual se registra orientações referentes a assuntos de entendimento pacífico na instituição e será emitida sempre que houver a necessidade de orientar acerca de assuntos comuns atinentes ao controle disciplinar, que passam a ter caráter vinculativo aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único. A Orientação Técnica Geral de Corregedoria será encaminhada a todas as Unidades Setoriais de Correição e Comissões Processantes, permanentes ou não e também será publicada no sítio eletrônico da Controladoria Geral do Estado para consulta dos interessados.

2. A origem desta OTC está no dever de a Controladoria Geral do Estado, como órgão central do sistema de correição (artigos 12 e 19 da Lei nº 550, de 27 de novembro de 2014), emitir orientações de caráter geral aos órgãos e entidades do Poder Executivo de Mato Grosso.

3. De forma específica, atendendo à Ordem de Serviço 0014/2023, verificou-se a necessidade de uniformizar procedimentos administrativos em face da existência de entendimento judicial, já consolidado no âmbito federal sobre matéria idêntica prevista no âmbito estadual no art. 199 da Lei Complementar Estadual 04/1990, a respeito de vedações legais impostas a servidores que respondem a processo administrativo disciplinar (PAD) e a duração razoável duração do processo.

4. Diante do entendimento judicial exarado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU) já se posicionaram favoravelmente sobre parte da matéria objeto desta OTC, especificamente sobre a aposentadoria. Isso pode ser verificado no teor da Nota



CGEDIC202303534A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

técnica nº 15507/2018-MP e do PARECER n. 01460/2018/ACS/CGJRH/CONJUR-MP/CGU/AGU (disponível/acessado em 31/05/2023 no seguinte endereço: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/45632>).

2 FUNDAMENTAÇÃO

5. Inicialmente, apresentamos a seguinte classificação dos agentes públicos administrativos e suas principais características (MEIRELLES, 2012).

(i) **servidores públicos estatutários** ou servidores em sentido estrito: são titulares de cargo público, efetivo ou em comissão, submetidos ao regime jurídico estatutário (vínculo de natureza legal - Lei Complementar n° 04, de 15 de outubro de 1990);

b) **os empregados públicos** : são titulares de emprego público, contratados sobre o regime da legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT). O vínculo com a administração possui natureza contratual trabalhista;

c) **os servidores temporários**: contratados com base no art. 37, IX, da CF88, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Os temporários não ocupam cargo nem emprego público, exercem tão-somente uma função pública. O vínculo com a administração pública é contratual, mas não se trata de regime celetista e sim de regime jurídico especial, disciplinado em lei de cada unidade da federação (em Mato Grosso, Lei n° 600, de 19 de dezembro de 2017).

6. Observando essa classificação, o foco desta orientação técnica de corregedoria (OTC) está no servidor público estadual estatutário cuja responsabilização administrativa/disciplinar decorre da Lei Complementar n° 04/1990, que lhe impõe obediência às regras de conduta necessárias ao regular andamento do serviço público.

7. Nesse sentido, o cometimento de infrações funcionais, por ação ou omissão praticada no desempenho das atribuições do cargo ou função, ou que tenha relação com essas atribuições, gera a responsabilidade administrativa (artigo 151 da LC n° 04/1990), sujeitando o servidor faltoso à imposição de penalidades disciplinares (conforme art. 154 da LC n° 04/1990: repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão).

8. Todavia, para que as penalidades disciplinares possam ser efetivadas, em observância ao Estado de Direito e ao Devido Processo Legal, um processo administrativo disciplinar (PAD), ou uma sindicância acusatória (SIND), deverá ser instaurado e concluído.





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

9. Especificamente em relação ao PAD, com a instauração desse tipo de procedimento acusatório surgem para o acusado vedações expressamente previstas na lei. Vejamos:

LC 04/1990, Art. 199. O servidor que responde processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, do cargo, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o do cumprimento da penalidade acaso aplicada.

10. A aplicação dessas vedações está condicionada à duração do processo, cujo prazo legal expresso em nossa legislação estadual é o seguinte, vejamos:

LC 04/1990, Art. 179. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

LC 207/2004, Art. 75, § 1º O processo administrativo será concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da citação do acusado, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem, mediante solicitação à autoridade que determinou sua instauração, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) dias.

11. Além do prazo indicado pelas leis complementares citadas, 60 (sessenta) dias mais 60 (sessenta) dias, no prazo total para conclusão de um PAD também deve ser acrescido o período para emissão da decisão da autoridade julgadora. Esse prazo para julgamento é indicado no art. 194 da LC 04/1990 e no art. 99 da LC 207/2004, respectivamente, nesses termos:

LC 04/1990 Art. 194. No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

LC 207/2004 Art. 99. Os processos administrativos disciplinares, após a emissão do relatório pela comissão processante, serão encaminhados à Secretaria Adjunta de Corregedoria, para exarar Parecer quanto a sua legalidade, e que, após 05 (cinco) dias úteis, encaminhará os autos à autoridade que determinou a instauração do processo para julgamento, que o fará em 20 (vinte) dias, de acordo com sua competência.

12. Apesar dessa diferença das leis complementares na quantidade de dias, a prática administrativa estadual, consolidada em normativos como a Orientação Técnica de Corregedoria nº 0001/2023, tem adotado o total de 140 (cento e quarenta) dias como sendo





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

o prazo máximo de interrupção da prescrição, consequentemente esse é o prazo ordinário máximo para a conclusão de um PAD.

13. Essa quantidade de dias decorre do entendimento judicial emanado na Súmula 635/STJ. Vejamos:

Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei nº 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompe-se com o primeiro ato de instauração válido sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

14. Esse prazo de 140 dias tem balizado o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela ausência de ilegalidade na concessão de aposentadoria a servidor que responde a PAD, desde que a duração razoável do processo já tenha ultrapassado o referido prazo. Eis o teor de julgado no qual pode ser verificado esse posicionamento judicial:

(...) 1. A orientação do STJ é no sentido de que em caso de inobservância de prazo razoável para a conclusão do processo administrativo disciplinar, não há que se falar em ilegalidade na concessão de aposentadoria ao servidor investigado. (...) (AgIn no REsp1658130/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 11/10/2017)

15. O fundamento jurídico para o posicionamento do Judiciário é o direito expresso no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. Vejamos:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

16. O que foi apresentado até aqui diz respeito ao prazo de duração do PAD de rito ordinário. Cabe observar que a LC 207/2004, Capítulo VI-A, estabeleceu o PAD de rito sumário. Vejamos o prazo estabelecido para conclusão de PAD nesse rito:

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até 15 (quinze) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

17. Da mesma forma, a norma constitucional que orienta o PAD de rito ordinário também





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

orienta o PAD de rito sumário. Assim, numa leitura equivalente dos prazos do rito sumário, ou seja, 30 (trinta) dias mais 15 (quinze) dias, aos quais se somam os 20 (vinte) dias de prazo para que a autoridade emita o julgamento, conforme o art. 99 da LC 207/2004, obtemos que o prazo máximo de duração razoável do PAD sumário é 65 (sessenta e cinco) dias.

18. Considerando concluída a exposição sobre os elementos relativos ao prazo legal de razoável duração do processo, retomemos o teor do art. 199 da LC 04/1990 para distinguirmos as duas vedações presentes nesse dispositivo, que são aplicáveis ao servidor que responde PAD, quais sejam, vedações de exonerar-se e de aposentar-se.

19. Quanto à vedação de aposentar-se imposta pelo art. 199 da LC 04/1990, resta evidente no entendimento judicial que a concessão de aposentadoria após o decurso do prazo razoável para a conclusão do PAD não gera ilegalidade.

20. Com relação à vedação de exoneração, trata-se de disposição legal que também se submete à duração razoável do processo, mas que atinge outros direitos constitucionais, como a liberdade individual, a livre iniciativa e o direito de ir e vir (art. 5º, XIII, XV, XLVII, c, da CF).

21. Dessa forma, adotando uma posição similar ao posicionamento expressado pelo Judiciário em relação à aposentadoria, também a vedação de exoneração imposta pelo art. 199 da LC 04/1990 encontra-se limitada ao decurso do prazo razoável para a conclusão do PAD. Assim, a concessão de exoneração não gera ilegalidade.

22. Todavia, se o pedido de exoneração for realizado dentro do período ordinário para conclusão do PAD, 140 (cento e quarenta) dias, deve ser adotado um posicionamento mais rígido, de que somente mediante ordem judicial será promovida a exoneração, visto que a autoridade judicial analisará os elementos do caso concreto para afastar a aplicação da norma legal.

23. No entanto, em respeito aos direitos constitucionais citados, esse posicionamento rígido só deve ser aplicado nos casos em que o PAD virtualmente possa resultar numa demissão com as repercussões do art. 164 da LC 04/1990.

24. Portanto, em consonância com os fundamentos retro apresentados e com o Princípio da Eficiência é que se emite essa OTC, cuja finalidade encontra-se nas orientações explicitadas no próximo tópico.





Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

3 ORIENTAÇÕES

25. Os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, que integrem o sistema correicional sob responsabilidade desta Controladoria Geral do Estado, devem limitar o alcance das vedações contidas no art. 199 da LC 04/1990 a 140 (cento e quarenta) dias, contados da instauração do PAD de rito ordinário mais recente, ou 65 (sessenta e cinco) dias, nos casos de PAD de rito sumário.

26. Assim, ultrapassado o prazo de 140 (cento e quarenta) dias ou o prazo de 65 (sessenta e cinco) dias, conforme o rito, os pedidos de exoneração ou de aposentadoria deverão ser analisados e concluídos sem a incidência das vedações do art. 199 da LC 04/1990, em observância à norma constitucional prevista no inciso LXXVIII do art. 5º da CF/1988. Alerta-se que os pedidos poderão ser deferidos desde que o requerente não tenha dado causa à demora na conclusão do PAD.

27. Excepcionalmente, o pedido de exoneração efetuado dentro do prazo razoável de duração do PAD, 140 (cento e quarenta) dias (PAD comum) ou 65 (sessenta e cinco) dias (PAD sumário), poderá ser concedido desde que a possível demissão não resulte virtualmente nas vedações do art. 164 da LC 04/1990.

28. Ademais, os sistemas que emitam algum tipo de certidão acerca da existência de PAD em face de servidor público, após transcorrido o prazo razoável de duração do processo, deverão utilizar a informação CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, nos casos em que o servidor não tenha dado causa ao atraso na conclusão do PAD.

29. Por fim, ressalta-se que somente a regra do art. 199 da LC 04/1990 fica afastada na análise de pedidos de exoneração ou aposentadoria de servidores que respondam a PAD com o prazo razoável de duração já superado, as demais disposições legais sobre os efeitos desses pedidos permanecem vigentes. Por exemplo: a) ocorrerá a antecipação de descontos futuros parcelados na remuneração mensal, cuja totalidade passa a ser exigível (art. 67 LC 04/1990); b) a gratificação natalina será proporcional (art. 85 LC 04/1990); c) os valores recebidos durante licença para qualificação deverão ser ressarcidos proporcionalmente, quando o servidor não tiver prestado serviços por período igual ao seu afastamento (art. 16 Dec 2347/2014).

À apreciação superior.

Cuiabá, 20 de Junho de 2023



CGEDIC202303534A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Juscelino de Lima Castro

Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos em substituição

Claudemir Advincula São Miguel

Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos



CGEDIC202303534A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Processo Nº: null

Interessado: Todas Unidades Orçamentárias

Assunto: APLICAÇÃO DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 199 DA LC 04/1990 AOS SERVIDORES QUE RESPONDEM A PAD.

DESPACHO

1- Após analisar o produto, aprovo e recomendo a homologação da Orientação Técnica de Corregedoria nº. 0003/2023, que trata de "PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. VEDAÇÕES AO ACUSADO. TEMPO DE DURAÇÃO DAS VEDAÇÕES.", elaborado pelo auditor do Estado, Juscelino de Lima Castro, validado pelo Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos, Claudemir Advincula São Miguel, por seus próprios fundamentos.

2- Encaminha-se ao Secretário Controlador Geral para os devidos fins.

Cuiabá, 26 de Junho de 2023

Renan Zattar Ferreira da Silva
Secretário Adjunto de Corregedoria Geral



CGESCI202301613A



Governo de Mato Grosso
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Interessado: Todas Unidades Orçamentárias

Assunto: APLICAÇÃO DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 199 DA LC 04/1990 AOS SERVIDORES QUE RESPONDEM A PAD.

DESPACHO

1- Homologo, por seus próprios fundamentos a Orientação Técnica de Corregedoria nº 0003/2023, que trata de APLICAÇÃO DAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 199 DA LC 04/1990 AOS SERVIDORES QUE RESPONDEM A PAD, elaborado pelo auditor do Estado, Juscelino de Lima Castro, validado pelo Superintendente de Responsabilização de Agentes Públicos, Claudemir Advincula São Miguel, e aprovada pelo Secretário Adjunto de Corregedoria Geral, Renan Zattar Ferreira da Silva.

2- Encaminha-se a Todas Unidades Orçamentárias para conhecimento e demais providencias cabíveis.

Cuiabá, 24 de Julho de 2023

Paulo Farias Nazareth Netto
Secretário-Controlador Geral do Estado



CGESCI202301614A